

Manual de Procedimentos Operacionais	
<b>Macroprocesso</b>	<b>Planejar Contratação</b>
<b>Processo</b>	<b>Coordenar a realização de Consultas e Audiências Públicas</b>
<b>Gestor</b>	<b>Coordenação-Geral de Gestão e Planejamento Logístico em Saúde</b>

#### DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

<b>ATIVIDADE 01: Receber comunicado da necessidade de consulta/audiência pública</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Receber aviso emitido pelo sistema PEC sobre a necessidade de consulta ou audiência pública para processos de aquisições cadastrados no PEC pelas áreas finalísticas;</li> <li>2. Repassar os avisos à CGGPL para as providências à cargo do DLOG.</li> </ol>	
<b>EXECUTOR</b>	Diretor do DLOG

<b>ATIVIDADE 02: Avaliar os pedidos de Consulta ou Audiência Pública</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Receber os avisos repassados pelo Diretor do DLOG;</li> <li>2. Avaliar o correto enquadramento nos dispositivos da Lei nº 8.666/93;</li> <li>3. Repassar os avisos ao técnico da CGGPL para que der prosseguimento à Consulta ou Audiência Pública, nos casos enquadrados nas situações previstas na Lei nº 8.666/93.</li> </ol>	
<b>EXECUTOR</b>	Coordenador-Geral da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 03: Agendar audiência pública</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definir os participantes que serão diretamente convidados (empresas, órgãos públicos, associações representativas, TCU, CGU, Entrar outros);</li> <li>2. Solicitar relação das empresas para área técnica ou CGIES (site da ANVISA) para enviar os convites;</li> <li>3. Solicitar o agendamento da sala (Auditório Emílio Ribas ou Sala do Pregão);</li> <li>4. Solicitar à CGLIS a publicação do extrato do aviso de audiência no Diário Oficial da União e nos jornais de grande circulação, de acordo com os prazos previstos no artigo 39, da Lei n. 8666/93;</li> <li>5. Acessar o sistema PEC (pec.saude.gov.br) e informar usuário e senha;</li> <li>6. Verificar a última versão validada do Termo de Referência, através da opção "T2 Marcar Audiência";</li> <li>7. Anexar a última versão do Termo de Referência no site da audiência pública, da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) acessar o site (www.saude.gov.br/consultapublica)&gt;login e senha&gt;;</li> <li>b) acessar a opção "incluir documento", preencher os campos apresentados na tela e clicar em "avançar";</li> <li>c) acessar a opção "escolha da consulta";</li> <li>d) clicar em "anexar arquivo" para anexar o Termo de Referência.</li> </ol> </li> </ol>	
<b>EXECUTOR</b>	Técnico da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 04: Publicar extrato da Consulta/Audiência Pública</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acessar o portal da EBC (<a href="http://publicidadelegal.ebc.com.br">http://publicidadelegal.ebc.com.br</a>) e fazer o login;</li> <li>2. Clicar em "Pedido de Publicação Imprensa - Jornais e Revistas";</li> <li>3. Clicar em "Pedido de Inserção", preencher o campo "Título da matéria", selecionar a opção "sim" no campo "A matéria é uma licitação?" e anexar o arquivo com o aviso a ser publicado;</li> <li>4. Clicar em continuar e selecionar o Jornal a ser publicado e a data da publicação;</li> <li>5. Clicar em concluir para finalizar o pedido de publicação em jornal de grande circulação;</li> <li>6. Acessar o sistema comprasnet "<a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br/acesso-aos-sistemas/comprasnet-siasg">http://www.comprasgovernamentais.gov.br/acesso-aos-sistemas/comprasnet-siasg</a>);</li> <li>7. Publicar o extrato da Consulta/Audiência Pública no Diário Oficial da União, através das opções SICON&gt;CONTRATO&gt;INCLUI&gt; .</li> </ol>	
<b>EXECUTOR</b>	Pregoeiro da CGLIS / DLOG

<b>ATIVIDADE 05: Convidar participantes</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ligar para as empresas e confirmar se fabricam o insumo e obter o endereço, telefone, e-mail e nome do diretor ou presidente, para futuros contatos;</li> <li>2. Elaborar ofício convidando as empresas a participar da audiência pública e informar sobre a aquisição objeto da audiência pública, o link para contribuições e pedidos de esclarecimentos, a data, o horário e o</li> </ol>	

<p>local do evento, observando o modelo de ofício disponível na pasta compartilhada CGGP/Audiência Pública;</p> <p>3. Colher assinatura do Coordenador-Geral da CGGPL / DLOG no ofício;</p> <p>4. Digitalizar o ofício assinado e salvar na pasta compartilhada CGGPL/Audiência Pública;</p> <p>5. Enviar e-mail para os convidados com o ofício assinado em anexo;</p> <p>6. Acessar o site (<a href="http://www.saude.gov.br/consultapublica">www.saude.gov.br/consultapublica</a>)&gt;login e senha&gt;;</p> <p>7. Acessar a opção “consulta pública” do site e publicar a minuta do Termo de Referência ou do Edital, se houver;</p> <p>8. Caso não possua cadastro e acesso para publicação no site (<a href="http://www.saude.gov.br/consultapublica">www.saude.gov.br/consultapublica</a>), solicitar por e-mail para Portal da Saúde (e-mail: <a href="mailto:portal@saude.gov.br">portal@saude.gov.br</a>), telefone 3315 – 3880;</p> <p>9. Solicitar ao DATASUS (ramal 2222) acesso ao e-mail: <a href="mailto:consultapublica-dlog@saude.gov.br">consultapublica-dlog@saude.gov.br</a>.</p>	
<b>EXECUTOR</b>	Técnico da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 06: Preparar a reunião</b>	
<p>1. Preparar o ambiente para realização da reunião de audiência pública: microfone, cadeiras suficientes, material de apoio (pastas, folhas de anotação, canetas) e formulário para preenchimento de comentários e de pedidos de esclarecimentos durante a audiência pública;</p> <p>2. Solicitar água, café, copos;</p> <p>3. Preparar a lista de presença, as diretrizes da audiência pública e o material a ser entregue;</p> <p>4. Solicitar com antecedência ao DATASUS a gravação do áudio da consulta (ramais : 2222/2017);</p> <p>5. Ligar o dispositivo para gravação do áudio, na abertura da audiência pública.</p>	
<b>EXECUTOR</b>	Técnico da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 07: Realizar a abertura da audiência pública</b>	
<p>1. Convidar os participantes que comporão a mesa;</p> <p>2. Solicitar à área demandante que realize apresentação para contextualizar sobre a aquisição objeto da audiência pública.</p>	
<b>EXECUTOR</b>	Coordenador-Geral da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 08: Documentar resultado da audiência pública</b>	
<p>1. Solicitar ao DATASUS a conversão do áudio para MP3;</p> <p>2. Anexar os documentos da audiência pública:</p> <p>a) Termo de Referência;</p> <p>b) Publicação do Extrato (diário oficial e jornal de grande circulação);</p> <p>c) Convites enviados;</p> <p>d) Layout do site da consulta pública; onde consta a publicação da audiência pública;</p> <p>e) Diretrizes da Audiência;</p> <p>f) Apresentação da Audiência Pública;</p> <p>g) Lista de presença;</p> <p>h) Questionamentos das empresas (por e-mail ou entregues na Audiência);</p> <p>i) CD com áudio da Audiência;</p> <p>j) Degração da Audiência (se possível);</p> <p>7) Enviar para a área técnica as contribuições e aos pedidos de esclarecimento técnicos que chegarão pelo e-mail institucional, catalogando-os, de modo que constem do processo de aquisição.</p>	
<b>EXECUTOR</b>	Técnico da CGGPL / DLOG

<b>ATIVIDADE 09: Publicar respostas</b>	
<p>1. Receber respostas aos questionamentos encaminhadas pela área técnica;</p> <p>2. Organizar as respostas em arquivo Word e Salvar em PDF na pasta compartilhada CGGPL/Audiência</p>	

Pública para publicação, em até 10 dias úteis após a realização da audiência pública;

3. Acessar o site ([www.saude.gov.br/consultapublica](http://www.saude.gov.br/consultapublica))>login e senha>;

4. Acessar a opção "incluir documento", preencher os campos apresentados na tela e clicar em "avançar";

5. Acessar a opção "escolha da consulta", clicar em "anexar arquivo", selecionar o documento na pasta CGGPL/Audiência Pública e clicar em "publicar documento".

**EXECUTOR**

Técnico da CGGPL / DLOG

#### **Normas e Regulamentos:**

1. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
2. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
3. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências;
4. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 – Regulamenta o art. 34 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
5. Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
6. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
7. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
8. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/1993;
9. Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014 - Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
10. Acórdão nº 363/2012 - Determina-se ao Departamento de Logística do Ministério da Saúde, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (DLOG / SE / MS) a exigência de "Certificado de Boas Práticas de Fabricação – BPF" para fim de habilitação técnica nos procedimentos licitatórios, por falta de amparo legal, bem como pelo fato de a apresentação de registro válido do medicamento, insumo ou correlato a ser ofertado pela empresa licitante pressupor o atendimento das normas regulamentadoras e de fiscalização relativas à sua fabricação, além de tal exigência não se mostrar indispensável à garantia do cumprimento das obrigações a serem pactuadas;
11. Portaria Interministerial nº 2.710, de 17 de novembro de 2011 - Fixa os procedimentos a serem adotados nas contratações destinadas ao fornecimento de bens e à prestação de serviços relativos a Insumos estratégicos para a Saúde (IES) por meio do Departamento de Logística em saúde (DLOG / SE / MS);
12. Portaria Interministerial nº 1.338, de 28 de junho de 2012 - Dispõe sobre a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio no âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas;
13. Resolução nº 2, de 03 de abril de 2013 - Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor – PMC dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos;
14. Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012 - Estabelece o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP para o ano de 2012.